COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES**Aviso n.º 2540/2014**

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto para preenchimento de dois postos de trabalho, um na carreira de técnico superior, da categoria geral de técnico superior, outro na carreira de assistente técnico, da categoria geral de assistente técnico, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13477/2012, de 10 de outubro de 2012, foram celebrados os seguintes contratos de trabalho:

Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, na carreira de assistente técnico, 1.ª posição, nível remuneratório 5, correspondendo a 683,13€, com Leonor Maria de Castro Santos Marques, com início no dia 14 de outubro de 2013.

Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, na carreira e categoria de técnico superior, 2.ª posição, nível remuneratório 15, correspondendo a 1.201,48€, com Maria Jorge de Gouveia Mendes Pereira, com início no dia 30 de dezembro de 2013.

7 de janeiro de 2014. — O Presidente, *José Morgado Ribeiro*, Dr. 307515353

MUNICÍPIO DE ALMEIDA**Aviso n.º 2541/2014**

Prof. António Baptista Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Almeida, torna público que, nos termos do n.º 1 do artigo 118.º do CPA aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de janeiro e da deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 04 de fevereiro de 2014, se encontra em fase de apreciação pública, pelo prazo de 30 dias (úteis) a contar da data da publicação do presente aviso, o projeto de alteração ao Plano de Apoio ao Investimento (2013-2017), disponibilizado para consulta nos serviços da Câmara Municipal e no *site* do Município.

Os interessados poderão, no prazo acima referenciado, dirigir por escrito as suas sugestões à Câmara Municipal, sita na Praça da Liberdade, n.º 8, 6350-130 Almeida.

Projeto de Alteração ao Plano de Apoio ao Investimento (2013-2017)

O artigo 1.º passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º

O Programa para o quadriénio (2013/2017) da Câmara Municipal de Almeida, ao apoio ao Investimento privado e cooperativo do Concelho contempla os setores Industrial, Agroflorestal, Agropecuário, Comércio por grosso com preferência a atividades de apoio às empresas a instalar, ampliar e requalificar, no Concelho de Almeida e ainda os setores de serviços.»

6 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Prof. António Baptista Ribeiro*.

207604453

MUNICÍPIO DE AMARES**Declaração de retificação n.º 174/2014**

Na sequência da publicação do despacho de publicitação integral do Regulamento da Organização Flexível dos Serviços do Município de Amares, Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, adequado em conformidade com as regras e critérios agora previstos na Lei n.º 49/2012, de 29/08, seguido dos anexos que dele fazem parte integrante, nomeadamente os previstos nos n.ºs 3 e 5, do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, foram detetadas algumas incorreções que carecem de Despacho de Retificação, com produção de efeitos à data da sua publicação *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 24 de outubro, e de subsequente publicação no mesmo jornal oficial, através de Declaração de Retificação, a saber:

No Despacho n.º 13593/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 24 de outubro, onde, por lapso:

No art.º 6.º do Regulamento da Organização Flexível dos Serviços do Município de Amares, se lê: «4 — Divisão de Obras Municipais, Higiene e Ambiente:», deve ler-se: «4 — Divisão de Obras Municipais, Ambiente e Saúde Pública:»

No anexo IV, se lê: «26 de setembro de 2013. — O Presidente da Câmara, José Lopes Barbosa de Macedo.», deve ler-se: «26 de setembro de 2013. — O Presidente da Câmara, José Lopes Gonçalves Barbosa.»

No «1.3 — Secção de Recursos Humanos» do anexo VI, se lê: «Francisco António Fernandes, Assistente Técnico — CTFPTI», deve ler-se: «Francisco António Fernandes, Assistente Técnico⁽⁶⁾ — CTFPTI»

No «3.1 — Serviço de Organização Escolar» do anexo VI, se lê: «Sandra Braga Dias da Costa, Assistente Técnica — CTFPTI», deve ler-se: «Sandra Braga Dias da Costa, Assistente Técnica⁽⁶⁾ — CTFPTI»

e onde se lê:

«3.3 — Serviço de Biblioteca e Arquivo Histórico:

Anabela de Figueiredo Costa, técnica superior — CTFPTI
Maria Adelina da Silva Afonso, Assistente Operacional — CTFPTI
Natália Cristina Barros Dias, Assistente Operacional — CTFPTI
Sara Isabel Cerqueira Soares Pinto, Assistente Operacional — CTFPTI»,

deve ler-se:

«3.3 — Serviço de Biblioteca e Arquivo Histórico:

Anabela de Figueiredo Costa, técnica superior — CTFPTI
Maria Adelina da Silva Afonso, Assistente Operacional — CTFPTI»

Assim e consequentemente, em «3.1 — Serviço de Organização Escolar» devem considerar-se as trabalhadoras:

«Natália Cristina Barros Dias, Assistente Operacional — CTFPTI
Sara Isabel Cerqueira Soares Pinto, Assistente Operacional — CTFPTI»,

que integram o elenco dos trabalhadores reafetos ao referido Serviço de Organização Escolar.

27 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Rocha Moreira*.

307590579

Edital n.º 142/2014**Projeto de regulamento sobre a atribuição de apoios para aquisição de medicação e do cartão municipal do idoso**

Manuel da Rocha Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Amares, torna público que, em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária de 27 de janeiro de 2014, que nos termos do disposto no artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua atual redação, conjugado com o estabelecido no artigo 118.º do C.P.A. e o disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, das disposições conjugadas do artigo 53.º, n.º 2, alíneas a), e) e h) e do artigo 64.º, n.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e ainda, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, se encontra em período de apreciação pública, pelo prazo de 30 dias seguidos a contar da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, o “Projeto de regulamento sobre a atribuição de apoios para aquisição de medicação e do cartão municipal do idoso”.

Durante todo o período em que decorre a apreciação pública, os documentos que constituem o processo estão disponíveis na página eletrónica do Município www.cm-amares.pt e na Divisão Administrativa e Recursos Humanos, sito no Largo do Município, onde podem ser consultados pelos interessados durante o horário de expediente.

No decurso do período de apreciação pública serão consideradas e apreciadas todas as sugestões, observações e reclamações que, apresentadas por escrito, especificamente se relacionem com o projeto do regulamento em apreço, devendo ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal e remetidas pelo correio, à cuidado da Divisão Administrativa e Recursos Humanos, por endereço eletrónico geral@municiplioamares.pt ou ainda entregue no atendimento do edifício, devendo constar sempre a identificação e o endereço dos seus autores e a qualidade em que se apresentam.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou e se publica o presente edital no *Diário da República*, e outros de igual teor vão ser afixados nos locais do costume.

27 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal de Amares, *Manuel Moreira*.

307584569

MUNICÍPIO DE BRAGA**Aviso n.º 2542/2014****Suspensão parcial do PDM de Braga**

Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga:

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f), do n.º 4 do artigo 148.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro,